
Belo Monte
Transmissora de
Energia SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do ativo de contrato da linha de transmissão (Notas 5.1, 7 e 12)

O ativo de contrato da linha de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação da margem de lucro esperada em relação às obrigações de performance e a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração sobre a mensuração do valor presente com base no fluxo de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo de contrato e tributos envolvidos, que incluiu substancialmente, alteração na taxa de remuneração do contrato.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão da linha de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura do contrato de concessão e aditivo e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Testamos a consistência dos dados informados de Receita Anual Permitida (“RAP”) nos controles auxiliares com aqueles constantes no contrato de transmissão. Adicionalmente, com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros do respectivo contrato, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 7, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 07 de fevereiro de 2020, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na Nota 7 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2019, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019 e,



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

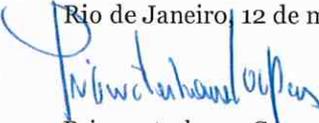
conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/01/19	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/01/19
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	8	45.181.590	36.481.035	36.724.794	Fornecedores		4.746.784	5.530.898	12.422.397
Títulos e valores mobiliários	9	127.557.220	116.774.087	86.037.121	Salários e encargos sociais		7.925.114	7.946.871	8.172.179
Concessionárias e permissonárias	11	67.606.051	55.795.482	66.412.025	Impostos a recolher	13	7.469.832	5.981.481	5.736.703
Impostos a recuperar	10	1.345.903	2.266.788	14.369.744	Empréstimos e financiamentos	14	332.781.874	211.894.967	342.809.362
Ativo contratual	12	701.867.015	673.292.624	651.260.498	Encargos setoriais		10.999.031	7.460.921	4.892.166
Despesas antecipadas		267.065	1.890.916	3.543.093	Debêntures	15	66.730.339	12.957.923	41.489.900
Almoxarifado		16.319.233	16.119.356	-	Dividendos a pagar		69.891.029	56.366.869	51.031.353
Outras		3.353.164	1.575.086	4.738.160	Total do passivo circulante		500.544.003	308.139.930	466.554.060
Total do ativo circulante		963.497.241	904.195.374	863.085.435	Empréstimos e financiamentos	14	2.226.223.079	2.472.107.949	2.436.758.420
					Debêntures	15	575.706.216	608.212.256	553.570.333
					Provisão para contingências	16	7.559.234	9.571.730	17.025.413
					Impostos diferidos	18	1.237.720.704	1.072.039.916	955.594.519
					Total do passivo não circulante		4.047.209.232	4.161.931.851	3.962.948.685
Ativo contratual	12	7.056.547.766	6.822.945.897	6.593.327.778	Total do passivo		4.547.753.235	4.470.071.781	4.429.502.745
Depósitos vinculados	9	124.928.955	120.676.825	112.435.598	Patrimônio líquido				
Depósitos judiciais	16	9.681.100	9.714.978	-	Capital social	19	3.011.000.000	3.011.000.000	3.011.000.000
Imobilizado		6.319.245	3.291.576	3.882.615	Reserva legal		40.899.442	26.185.541	14.318.832
Intangível		741.624	755.815	610.897	Reserva de retenção de lucros		562.063.254	354.323.142	118.520.746
Total do ativo não circulante		7.198.218.690	6.957.385.091	6.710.256.888	Total do patrimônio líquido		3.613.962.696	3.391.508.683	3.143.839.578
Total do ativo		8.161.715.931	7.861.580.465	7.573.342.323	Total do passivo e patrimônio líquido		8.161.715.931	7.861.580.465	7.573.342.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)

		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
	Nota		
Receita operacional líquida	20	<u>833.618.934</u>	<u>799.006.230</u>
Custo de operação	21	(84.733.146)	(101.862.379)
Lucro bruto		<u>748.885.789</u>	<u>697.143.851</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(14.668.639)	(12.900.056)
Resultado operacional		<u>734.217.149</u>	<u>684.243.795</u>
Receitas financeiras		6.968.286	12.388.925
Despesas financeiras		(292.804.917)	(331.460.812)
Resultado financeiro	23	<u>(285.836.631)</u>	<u>(319.071.887)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>448.380.518</u>	<u>365.171.908</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(12.673.018)	(28.932.665)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(141.429.484)</u>	<u>(93.167.749)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>294.278.017</u></u>	<u><u>243.071.494</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	294.278.017	243.071.494
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>294.278.017</u>	<u>243.071.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.011.000.000</u>	<u>14.318.832</u>	<u>221.026.461</u>	-	<u>3.246.345.293</u>
Ajustes de exercícios anteriores (nota 7)	-	-	(102.505.715)	-	(102.505.715)
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2019	<u>3.011.000.000</u>	<u>14.318.832</u>	<u>118.520.746</u>	-	<u>3.143.839.578</u>
Dividendos de 2018 não aprovados (nota 19 c)	-	-	51.031.353	-	51.031.353
Reserva Sudam	-	-	9.933.127	-	9.933.127
Reserva Legal	-	11.866.709	-	(11.866.709)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(56.366.869)	(56.366.869)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	243.071.494	243.071.494
Dividendos adicionais propostos	-	-	174.837.916	(174.837.916)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	<u>3.011.000.000</u>	<u>26.185.541</u>	<u>354.323.142</u>	-	<u>3.391.508.683</u>
Reserva Sudam	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	(1.932.975)	-	(1.932.975)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	14.713.901	-	(14.713.901)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(69.891.029)	(69.891.029)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	294.278.017	294.278.017
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.011.000.000</u>	<u>40.899.442</u>	<u>562.063.254</u>	-	<u>3.613.962.696</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<u>294.278.017</u>	<u>243.071.494</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	467.608	369.877
Perdas do ativo imobilizado	475.574	1.318.074
Remuneração sobre o ativo contratual e O&M	(927.488.765)	(888.032.924)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	482.013	74.634
Juros e encargos de empréstimos e debêntures	291.772.879	330.191.644
Reversão de provisão para contingência	(2.012.496)	(7.453.683)
Impostos diferidos	165.680.788	116.445.397
Outros	2.345.574	837.377
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	920.885	12.102.956
Adiantamentos	(930.038)	3.344.511
Outros ativos	(848.040)	(181.437)
Despesas antecipadas	1.623.851	1.652.177
Concessionárias e permissionárias	(12.292.582)	-
Ativo contratual	665.312.503	703.007.203
Almoxarifado	(199.877)	(16.119.356)
Depósitos judiciais	33.878	(9.714.978)
Fornecedores	(784.115)	(6.891.499)
Salários e encargos	(2.367.330)	(1.062.686)
Obrigações fiscais	10.380.976	25.994.927
Encargos setoriais	3.538.110	2.568.755
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>490.389.413</u>	<u>511.522.463</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.825.599)	(15.817.023)
Pagamento juros debêntures	(45.919.617)	(45.069.244)
Pagamento juros empréstimos	(212.584.245)	(246.917.369)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>221.059.952</u>	<u>203.718.827</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(10.783.133)	(30.736.966)
Ativo de contrato	-	(56.082.615)
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(3.956.660)	(1.241.829)
Depósitos vinculados	(4.252.130)	(8.241.227)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(18.991.923)</u>	<u>(96.302.637)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.939.630	3.777.660
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(130.041.530)	(111.309.087)
Pagamento de debêntures	(9.898.705)	(128.522)
Pagamento de dividendos	(56.366.869)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(193.367.474)</u>	<u>(107.659.949)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.700.555</u>	<u>(243.759)</u>
No início do exercício	36.481.035	36.724.794
No fim do exercício	<u>45.181.590</u>	<u>36.481.035</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.700.555</u>	<u>(243.759)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade” ou “BMTE”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ e foi constituída em 20 de março de 2014. A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 011/2013 (“Leilão”).

1.1 Da concessão

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) (“Projeto”).

O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (“UAT”) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

A Resolução Autorizativa nº 6.262 de 28 de março de 2017 autorizou a Sociedade a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, revogando a Resolução Autorizativa nº 5.948, de 12 de julho de 2016, que transferia a titularidade do reforço de barramento da Subestação (“SE”) de Xingu à Sociedade e encontrava-se suspensa por medida judicial.

A Resolução Autorizativa nº 6.006 de 23 de agosto de 2016 que transfere a titularidade da SE Estreito à Sociedade encontra-se aprovada. Em 29 de setembro de 2016, foi recebido pela Sociedade, o mandado de segurança nº 1007433-96.2016.4.01.3400, o qual requeria a suspensão da Resolução Autorizativa nº 6.006, cuja liminar para suspensão não foi deferida, visto que o juízo aguardava ouvir ao Ministério Público federal (“MPF”). Em 20 setembro de 2016 o juízo decidiu por postergar a análise do pedido liminar para depois da apresentação das informações e do parecer do MPF, sendo assim, até a apresentação dessas demonstrações financeiras a titularidade da SE Estreito permanece à Sociedade.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018.

O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/20, estabeleceu em R\$ 629.564.918,16 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2020 a junho de 2021.

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014.

1.3 Sudam

O incentivo fiscal consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis devidos calculados sobre o lucro da exploração. A Sociedade obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano-calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018.

1.4 Questões ambientais

A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA,”), por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações. Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade entrada em operação. A Sociedade monitora o atendimento de todas as condicionantes do licenciamento, mantendo assim, perante o órgão licenciador e demais intervenientes, a conformidade legal do empreendimento.

1.5 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Sociedade definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A Sociedade não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras ou incertezas significativas. As principais ações tomadas foram as seguintes:

- Redução em 50% das alíquotas sociais do Sistema S (INSS de terceiros).
- Postergação do FGTS dos meses de abril, maio e junho, para pagamento em 6 parcelas, a partir do mês de julho, de acordo com o art. 3, VIII "o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS" da MP 927, de 22 de março de 2020.
- Revezamento das equipes administrativas (escritório e home office) e funcionários enquadrados no grupo de risco também em home office.
- postergou o pagamento do PIS e COFINS, restando o pagamento das competências de abril e maio.
- Diversas ações sociais com valores dispendidos no montante de R\$ 2.084.665.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos títulos e valores mobiliários reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

5 Principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

5.1 Ativo contratual

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem

como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A BMTE efetuou ajustes retrospectivos na mensuração do seu ativo de contrato para atendimento as melhores práticas do mercado, conforme divulgado na Nota 7 de reapresentação de cifras comparativas, que levou em consideração os seguintes aspectos:

- a) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas;
- b) Atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto;
- c) Inclusão da penalidade por indisponibilidade (Parcela Variável) nos fluxos do ativo contratual.

5.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos contratual

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro

5.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

5.3.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5.3.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de

tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos.

6 Principais mudanças nas políticas contábeis

As seguintes alterações de normas estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não trouxeram impactos para as demonstrações financeiras da Sociedade.

- Definição de material: alterações ao CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 “Combinação de Negócios”
- Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) “Arrendamentos”

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021.
- Alteração ao IAS 16 “Ativo Imobilizado”: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos

incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

7 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Sociedade procedeu ajustes, de forma retrospectiva, no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes dos seguintes efeitos: (i) reconhecimento de PIS e COFINS sobre as receitas registradas em decorrência da construção do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 640.946.321, dos quais R\$ 23.277.647 se referem ao exercício de 2019 e R\$ 617.668.673 a exercícios anteriores; (ii) ajustes no modelo de cálculo do ativo contratual para refletir o ofício-circular/CVM nº 04/2020 quanto aos aspectos do CPC nº 47 estimada no montante de R\$ 494.327.520, dos quais R\$ 31.970.537 se referem ao exercício de 2019 e R\$ 462.356.984 a exercícios anteriores; (iii) efeitos dos impostos de renda e contribuição social sobre os ajustes “i” e “ii” no montante de R\$ 49.850.392, dos quais R\$ 2.955.582 se referem ao exercício de 2019 e R\$ 52.805.974 a exercícios anteriores e (iv) reclassificação entre custos e despesas operacionais para uma melhor apresentação no montante de R\$ 45.779.764.

a. Balanços patrimoniais

	31 de dezembro de 2019			1º de janeiro de 2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial						
Ativo						
Ativo contratual	571.559.385	101.733.239	673.292.624	542.636.150	108.624.348	651.260.498
Outros ativos circulantes	230.902.749		230.902.749	211.824.937		211.824.937
Ativo contratual	6.430.351.615	392.594.282	6.822.945.897	6.239.595.143	353.732.636	6.593.327.779
Outros ativos não circulantes	134.439.194		134.439.194	116.929.110		116.929.110
Total do ativo	7.367.252.944	494.327.521	7.861.580.465	7.110.985.340	462.356.984	7.573.342.324
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	308.139.931		308.139.931	466.554.060		466.554.060
Impostos diferidos	480.943.987	591.095.929	1.072.039.916	390.731.821	564.862.699	955.594.520
Outros passivos não circulantes	3.089.891.935		3.089.891.934	3.007.354.166		3.007.354.166
Patrimônio líquido	3.488.277.091	(96.768.409)	3.391.508.682	3.246.345.293	(102.505.715)	3.143.839.578
Total do passivo e patrimônio líquido	7.367.252.944	494.327.521	7.861.580.465	7.110.985.340	462.356.984	7.573.342.324

b. Demonstrações do resultado findo em 31 de dezembro de 2019

	31/12/2019 Original	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado
Receita operacional líquida	790.313.340	8.692.890	799.006.230
Custo dos serviços	(56.082.615)	(45.779.764)	(101.862.379)
Lucro bruto	734.230.725	(37.086.874)	697.143.851
Receitas (Despesas) operacionais	(58.679.820)	45.779.764	(12.900.056)
Lucro operacional	675.550.905	8.692.890	684.243.795
Resultado financeiro	(319.071.887)	-	(319.071.887)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	356.479.018	8.692.890	365.171.908
Imposto de renda e contribuição corrente	(28.932.665)	-	(28.932.665)
Imposto de renda e contribuição diferido	(90.212.166)	(2.955.583)	(93.167.749)
Lucro líquido do exercício	237.334.187	5.737.307	243.071.494

c. Demonstrações do resultado abrangente findo em 31 de dezembro de 2019

	31/12/2019 Original	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	237.334.187	5.737.307	243.071.494
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	237.334.187	5.737.307	243.071.494

d. Demonstração dos fluxos de caixa findo em 31 de dezembro de 2019

	31/12/2019 Original	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	237.334.187	5.737.307	243.071.494
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(440.512.298)	(5.737.307)	(446.249.605)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	203.718.828	-	203.718.828
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(96.302.637)	-	(96.302.637)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(107.659.950)	-	(107.659.950)
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	(243.759)	-	(243.759)

8 Caixa e equivalentes de caixa

Bancos	31/12/2020	31/12/2019
Banco do Brasil	35.693	871
Banco Bradesco	9.383	4.649
Caixa Econômica*	42.846.279	36.474.850
Banco Itaú	10	10
Banco Daycoval	516	655
Banco da Amazonia**	2.289.709	-
Total	<u>45.181.590</u>	<u>36.481.035</u>

*A Caixa Econômica Federal é o banco centralizador dos recebíveis dos clientes e liquidante dos empréstimos.

** Corresponde a depósito de 30% do valor do IR a pagar referente ao benefício da Sudam acrescido de 50% parte da empresa.

9 Títulos e valores mobiliários

Bancos	31/12/2020	31/12/2019
Itaú	19.749	52.837
BTG	22.876.962	22.885.061
Safra	19.679.475	22.999.234
Haitong	29.702.803	24.742.017
CCB	17.116.573	23.583.451
Daycoval	38.161.658	22.511.486
Depósitos vinculados		
CEF (a)	<u>124.928.955</u>	<u>120.676.825</u>
Total	<u>252.486.175</u>	<u>237.450.911</u>
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	127.557.220	116.774.087
Não circulante	<u>124.928.955</u>	<u>120.676.825</u>
Total	<u>252.486.175</u>	<u>237.450.911</u>

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 104% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), todas com possibilidade de resgate no curto prazo e sem alteração significativa de valor.

- (a) Depósito vinculante referente a bloqueio da RAP referente a condicionante de contrato do BNDES de longo prazo.

10 Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF a recuperar	674.775	1.728.414
CSLL a recuperar	153.340	22.115
PIS e COFINS retidos de clientes	209.636	208.106
Outros	<u>308.152</u>	<u>308.153</u>
Total	<u>1.345.904</u>	<u>2.266.788</u>

11 Concessionárias e permissionárias

Os faturamentos mensais são efetuados conforme avisos de créditos emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	66.035.527	50.141.902
Vencidas até 3 meses	988.868	5.553.938
Vencidas de 3 a 6 meses	<u>581.656</u>	<u>99.642</u>
Total	<u>67.606.051</u>	<u>55.795.482</u>

13 Impostos a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	1.486.026	-
Contribuição social	-	198.252
PIS	1.008.091	829.159
COFINS	4.651.209	3.830.394
CIDE	-	348.133
INSS retido a recolher	74.739	302.961
ISS	237.990	402.080
Outros	11.778	70.501
Total	7.469.832	5.981.481

14 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	31/12/2018	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2019
BNDES (a)	1.848.623.191	3.777.660	(74.706.023)	(154.812.124)	159.981.684	-	1.782.864.388
CEF	980.089.770	-	(36.603.065)	(92.105.245)	95.297.345	-	946.678.805
(-) custos a amortizar	(49.145.179)	-	-	-	-	3.604.902	(45.540.277)
	2.779.567.782	3.777.660	(111.309.087)	(246.917.369)	255.279.029	3.604.902	2.684.002.916

	31/12/2018	31/12/2019
Circulante	342.809.362	211.894.967
Não circulante	2.436.758.420	2.472.107.949
Total	2.779.567.782	2.684.002.916

Empréstimos e financiamentos	31/12/2019	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2020
BNDES (a)	1.782.864.388	2.939.630	(87.080.993)	(132.534.099)	131.575.023	-	1.697.763.949
CEF	946.678.805	-	(42.960.537)	(80.050.146)	79.498.381	-	903.166.503
(-) custos a amortizar	(45.540.277)	-	-	-	-	3.614.778	(41.925.499)
	2.684.002.916	2.939.630	(130.041.530)	(212.584.245)	211.073.404	3.614.778	2.559.004.953

	31/12/2019	31/12/2020
Circulante	211.894.967	332.781.874
Não circulante	2.472.107.949	2.226.223.079
Total	2.684.002.916	2.559.004.953

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores	Data da contratação	Valor Contratado	Valor Liberado	Vencimento da dívida	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização		
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Liquidado
BNDES - Sub "A" (a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.429.986.000	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	15.099.500	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	6.517.290	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "A" (a)	17/03/2017	748.225.000	748.225.000	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "B" (a)	17/03/2017	16.543.000	7.900.500	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "C" (a)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-

(a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas).

Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se:

- Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%.
- Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

15 Debêntures

Debêntures	31/12/2018	Amortização do Principal	Amortização dos Juros	Juros	Custos	31/12/2019
2ª Emissão	626.842.805	(128.522)	(45.069.244)	68.856.183		650.501.222
(-) custos a amortizar	<u>(31.782.572)</u>				2.451.530	<u>(29.331.042)</u>
	<u>595.060.233</u>	<u>(128.522)</u>	<u>(45.069.244)</u>	<u>68.856.183</u>	<u>2.451.530</u>	<u>621.170.179</u>
					31/12/2018	31/12/2019
					41.489.900	12.957.923
					553.570.333	608.212.256
movi					<u>595.060.233</u>	<u>621.170.179</u>

Debêntures	31/12/2019	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2020
2ª Emissão	650.501.222	(9.898.705)	(45.919.617)	74.626.451	-	669.309.351
(-) custos a amortizar	<u>(29.331.042)</u>	-	-	-	2.458.246	<u>(26.872.796)</u>
	<u>621.170.179</u>	<u>(9.898.705)</u>	<u>(45.919.617)</u>	<u>74.626.451</u>	<u>2.458.246</u>	<u>642.436.555</u>
					31/12/2019	31/12/2020
					12.957.923	66.730.339
					608.212.256	575.706.216
				Total	<u>621.170.179</u>	<u>642.436.555</u>

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031.

Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF.

Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

State Grid	51,0%
Eletronorte	24,5%
Furnas	24,5%

16 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos a administração identificou causas cujo risco de perda provável para constituição de provisão no montante de R\$ 6.477.948 (R\$ 7.635.495 em 31 de dezembro de 2019) referente a servidões administrativas e de R\$ 1.081.285 (R\$ 1.936.235 em 31 de dezembro de 2019) referente aos processos trabalhistas da Incomisa, construtora contratada pela Sociedade, dos quais a Sociedade é responsável subsidiária. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente tiveram como valor de risco:

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Administrativo (a)	185.000.000	-
Ambiental	4.494.710	4.494.710
Cível (b)	23.223.357	25.256.219
Trabalhista	472.713	135.749
Tributário	1.354.742	717.075

- (a) Processo administrativo que trata do cancelamento das TLDs da Sociedade na ANEEL. Encontra-se em fase inicial, aguardando emissão de Nota Técnica pela Superintendência daquele órgão fiscalizador, após apresentação das justificativas e provas documentais em defesa da BMTE.
- (b) Das causas cíveis, o valor de R\$ 17.025.413 trata-se de um único processo minerário em fase inicial referente a um pedido indenizatório da Companhia Buritirama.

Os depósitos judiciais que totalizam R\$ 9.681.100 referem-se a processos fiscais de ICMS, classificados como de perda esperada remota.

17 Partes relacionadas

Ativo	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Contas a receber	1.452.758	1.418.719	-
Total	1.452.758	1.418.719	-
Passivo	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Dividendos a pagar	17.123.302	17.123.302	35.644.425
Fornecedores	-	-	20.126
Total	17.123.302	17.123.302	35.664.551
(+) Receitas			
Receita de prestação de serviço	17.256.095	17.780.936	-
Total	17.256.095	17.780.936	-

<u>(-) Despesas</u>	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Despesa de aluguel	-	-	994.253
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>994.253</u>

A remuneração dos administradores está abaixo relacionada:

	31/12/2020	31/12/2019
Diretoria	879.144	1.414.979
Conselho de administração	476.054	468.989
Conselho fiscal	<u>190.422</u>	<u>187.596</u>
Total	<u><u>1.545.629</u></u>	<u><u>2.071.564</u></u>

18 Impostos diferidos

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
IRPJ e CSLL	572.523.078	431.093.595
PIS e COFINS	<u>665.197.626</u>	<u>640.946.321</u>
Total	<u><u>1.237.720.704</u></u>	<u><u>1.072.039.916</u></u>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre diferença temporária dos rendimentos do ativo de contrato relacionado à aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
State Grid Brazil Holding S.A.	1.535.610.000	1.535.610.000
Furnas Centrais Elétricas S.A.	737.695.000	737.695.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	<u>737.695.000</u>	<u>737.695.000</u>
Total	<u><u>3.011.000.000</u></u>	<u><u>3.011.000.000</u></u>

b. Reserva legal

A reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Em adição a aprovação em Assembleia Geral Ordinária, os dividendos adicionais propostos são condicionados à prévia e expressa anuência dos credores de longo prazo, durante a vigência do financiamento de longo prazo, conforme estatuto social da Sociedade.

Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2019, os acionistas deliberaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018. Após a deliberação, os dividendos foram reclassificados para a reserva de retenção de lucros durante o exercício 2019.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Receita contratual	859.946.277	823.908.280
Receita de O&M	67.542.488	64.124.644
Tributos s/receita	(85.915.578)	(82.349.275)
Encargos setoriais	(9.270.342)	(8.777.927)
Receita de CCI	1.316.089	2.100.508
Total	<u>833.618.934</u>	<u>799.006.230</u>

21 Custo de operação

	31/12/2020	31/12/2019
Custo de construção (i)	(34.313.905)	(56.082.615)
Pessoal	(29.345.582)	(28.814.254)
Serviços de terceiros	(10.555.121)	(15.279.432)
Material	(3.412.379)	(3.991.111)
Arrendamentos e aluguéis	(2.616.928)	(2.400.495)
Seguros	(1.999.376)	(2.053.843)
Provisões	1.530.483	7.379.049
Tributos	(4.020.336)	(619.677)
Total	<u>(84.733.146)</u>	<u>(101.862.379)</u>

(i) O custo de construção está relacionado com o encerramento das medições de determinadas obras da Siemens e implantação da 3ª fonte. Não são previstas novas RAPs sobre esses valores e, por isso, a Sociedade não tem reconhecido receita de construção.

22 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa de pessoal	(5.801.306)	(6.506.023)
Serviços de terceiros	(2.481.427)	(2.963.138)

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Material	(30.718)	(37.277)
Arrendamentos e aluguéis	(1.213.688)	(1.080.936)
Seguros	(81.248)	(94.124)
Tributos	(113.577)	(530.607)
Depreciação	(467.608)	(369.877)
Doações (i)	(4.084.239)	-
Outros	<u>(394.828)</u>	<u>1.318.075</u>
Total	<u>(14.668.639)</u>	<u>(12.900.057)</u>

(i) Os gastos com doações estão relacionados ao apoio da Sociedade ao enfrentamento da pandemia COVID-19.

23 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira		
Receita sobre aplicação financeira	7.008.430	11.997.213
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(340.045)	(596.990)
Outras receitas financeiras	<u>299.901</u>	<u>988.702</u>
Total	<u>6.968.287</u>	<u>12.388.925</u>
Despesa financeira		
Juros – debêntures	(74.626.451)	(68.856.183)
Juros – empréstimos	(211.073.404)	(255.279.029)
Custo dívida nacional	(6.073.024)	(6.056.431)
Outras despesas financeiras	<u>(1.032.039)</u>	<u>(1.269.169)</u>
Total	<u>(292.804.917)</u>	<u>(331.460.812)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(285.836.631)</u>	<u>(319.071.887)</u>

24 Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>448.380.518</u>	<u>365.171.908</u>
Base Negativa/Prejuízo fiscal não reconhecidos	<u>15.582.894</u>	<u>30.981.400</u>
Despesa calculada a alíquota de 34%	<u>(147.151.192)</u>	<u>(113.624.434)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Indisponibilidade	(1.154.062)	(10.773.022)
Provisão de Bônus	(1.601.288)	(1.189.024)
Doações	(1.388.641)	-
Ressarcimento	(3.633.311)	-
Outros	(673.853)	-
Benefício SUDAM	<u>1.505.974</u>	<u>7.168.032</u>
Adições permanentes		
Despesa de IR/CS	(154.096.373)	(118.418.448)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (corrente)	12.673.018	28.932.665
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (diferido)	141.429.484	93.167.749
Alíquota efetiva (corrente)	<u>34%</u>	<u>33%</u>

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

25.1 Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumento financeiro derivativos da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não manteve no encerramento em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 contratos de derivativos. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver.

d. Riscos de crédito

O risco de crédito é caracterizado pela possibilidade da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeira falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeira.

A sociedade adota a política de monitoramento constante de seus clientes e constitui provisão para perda de crédito esperada os recebíveis não liquidados num período de 90 dias e o montante realizado no período de 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 581.656

26 Compromissos

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 26.049.079 Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
SEPCO 1	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Siemens AG	Subestações conversora - HVDC	11/02/2015

Cronograma de vencimentos:

	Em R\$
2021	<u>26.049.079</u>

27 Cobertura de seguros (não auditado)

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

O resumo das apólices vigentes encontra-se abaixo relacionadas:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor em Risco
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	Riscos Operacionais	08/12/2022	861.904.306
Zurich Minas Brasil Seguros	Responsabilidade Civil Geral	11/12/2021	10.000.000
Sura Seguros	Auto Frota	11/12/2021	5.000.000
Chubb Seguros Brasil	D&O	11/12/2021	30.000.000
Sompo Seguros	Compreensivo Emrpesarial	08/12/2021	2.800.000
Berkley International do Brasil	Equipamentos RD	08/12/2021	783.772
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	28/02/2022	2.486.276

27.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriada para cada situação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Instrumentos financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa		45.181.590	45.181.590	36.481.035
Títulos e valores mobiliários		127.557.220	127.557.220	116.774.087
Concessionárias e permissionárias	67.606.051		67.606.051	55.795.482
Depósitos vinculados		124.928.955	124.928.955	120.676.825
Passivos financeiros				
Fornecedores	4.746.784		4.746.784	5.530.899
Empréstimos e financiamentos	2.559.004.953		2.559.004.953	2.684.002.916
Debêntures	642.436.555		642.436.555	621.170.179

* * *

ZHONGJIAO
CHANG:
06328108745

Assinado digitalmente por ZHONGJIAO CHANG
06328108745
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=
(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR CERTSIGN,
cn=ZHONGJIAO CHANG 06328108745
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.03.18 16:16:58 -03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Chang Zhongjiao
Diretor Presidente / Financeiro

JOSE FLAVIO
SERAFIM
PENNA:73902659815

Assinado de forma digital
por JOSE FLAVIO SERAFIM
PENNA:73902659815
Dados: 2021.03.18
17:03:52 -03'00'

José Flavio Serafim Penna
Diretor Técnico / Meio Ambiente

SIMONE CORTEZ
GOMES NOVELLO
08989837707

Assinado digitalmente por SIMONE CORTEZ GOMES
NOVELLO 08989837707
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=Autenticado por AR CERTSIGN, cn=SIMONE CORTEZ
GOMES NOVELLO 08989837707
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.03.18 16:58:25 -03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Simone Cortez Gomes Novello
Contadora
CRC-RJ 095172/O-2